

Banco Komatsu do Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2017**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***Relatório da Administração**

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A., referente aos períodos findos em 30/06/2017 e 30/06/2016, elaboradas em conformidade com a legislação vigente, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos nossos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes.

A atuação do Banco Komatsu do Brasil durante o primeiro semestre de 2017 foi bastante positiva no sentido de auxiliar as empresas do grupo Komatsu no país a viabilizar o escoamento da produção das máquinas e equipamentos para os vários segmentos de atuação, especialmente em meio a um ambiente político e econômico bastante adversos.

Neste primeiro semestre de 2017, agregamos em nosso portfólio de produtos os repasses do BNDES, dentro do programa Finame e operações de Arrendamento Mercantil Financeiro. Dessa forma, podemos oferecer aos nossos clientes alternativas de financiamentos que melhor se adequem às suas necessidades.

Agradecemos aos acionistas e clientes pelo apoio e confiança e aos nossos colaboradores pelo seu comprometimento e dedicação.

A administração

São Paulo, 11 de agosto de 2017



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À
Diretoria do
Banco Komatsu do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Komatsu do Brasil S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

O Banco registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 7. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre e do patrimônio líquido findos em 30 de junho de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2017 e 2016

	NOTA	2017	2016		NOTA	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		56.313	94.076	PASSIVO CIRCULANTE		7.402	1.444
Disponibilidades	4	2	17	Depósitos	11	4.964	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	17.808	89.635	Depósito a Prazo		4.964	-
Aplicações em depósitos Interfinanceiros		17.808	89.635	Obrigações p/ Repasses País - Instituições Oficiais	12	624	-
Títulos e Vlr's Mobiliários Instr.Finan.Derivativos	6	5.143	-	Finame		624	-
Títulos de Renda Fixa		5.143	-	Outras Obrigações	13	1.814	1.444
Operações de Crédito	7	31.359	3.620	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		-	62
Sector Privado		31.536	3.648	Fiscais e Previdenciárias		567	226
Finame		104	-	Diversas		1.247	1.156
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(281)	(28)				
Operações de Arrendamento Mercantil	7	(18)	-				
Arrendamento Mercantil		1.676	-				
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)		(1.676)	-				
(-) Provisão p/Arrend.Merc.de Liquidação Duvidosa		(18)	-				
Outros Créditos	8	1.394	692				
Rendas a Receber		270	41				
Crédito Tributário		236	-				
Impostos e Contribuições a Compensar		104	-				
Diversos		784	651				
Outros valores e Bens	9	625	112				
Despesas Antecipadas		214	112				
Bens não de Uso Próprio		491	-				
(-) Prov.p/Desvalor.de BNDU		(80)	-				
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		46.130	5.098				
Operações de Crédito	7	45.178	3.966				
Sector Privado		45.057	3.996				
Finame		522	-				
(-)Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(401)	(30)				
Operações de Arrendamento Mercantil	7	(30)	-				
Arrendamento Mercantil		3.353	-				
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)		(3.353)	-				
Valores Residuais a Realizar		670	-				
(Valores Residuais a Balancear)		(670)	-				
(-) Provisão p/Arrend.Merc.de Liquidação Duvidosa		(30)	-				
Outros Créditos	8	844	911	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	21f	2.051	41
Crédito Tributário		844	911	Resultados de Exercícios Futuros		2.051	41
Outros Valores e Bens	9	138	221				
Despesas Antecipadas		138	221				
Imobilizado de Uso	10	474	408	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		98.197	98.097
Outras imobilizações de Uso		597	443	Capital Social	14a	100.000	100.000
(-)Depreciação Acumulada		(123)	(35)	Ajuste de Avaliação Patrimonial		10	-
Imobilizado de Arrendamento Financeiro	7h	4.733	-	Prejuízo Acumulado		(1.813)	(1.903)
Máquinas e Equipamentos		4.690	-				
Superveniência de Depreciação		80	-				
(-)Depreciação Acumulada		(37)	-				
TOTAL DO ATIVO		107.650	99.582	TOTAL DO PASSIVO		107.650	99.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
Demonstração do Resultado para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

	NOTA	2017	2016
Receitas da Intermediação Financeira		6.850	2.136
Operações de Crédito	7h	4.950	47
Operações de Arrendamento Mercantil	7h	88	-
Resultado de Aplicações Interfinanceira de Liquidez	5b	1.678	2.089
Resultado c/Títulos e Valores Mobiliários e Instr.Derivativos		134	-
Despesas da Intermediação Financeira		(21)	(58)
Operações de Captação de Mercado		(34)	-
Operações de Empréstimos e Repasses		(5)	-
Operações de Arrendamento Mercantil		(37)	-
Provisão/Reversão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	7g	55	(58)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		6.829	2.078
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(5.205)	(5.538)
Receitas de Prestação de Serviços	19a	110	22
Receitas de Tarifas Bancárias	19a	15	-
Despesas de Pessoal	19c	(3.627)	(4.531)
Outras Despesas Administrativas	19b	(1.370)	(913)
Despesas Tributárias	19a	(345)	(117)
Outras Receitas Operacionais	19a	12	1
Resultado Operacional		1.624	(3.460)
Resultado não Operacional	20	(1.392)	-
Resultado antes da Tributação		232	(3.460)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(411)	1.557
Provisão para Imposto de Renda	16a	(91)	-
Provisão para Contribuição Social	16a	(98)	-
Crédito tributário diferido	16b	(202)	1.557
Ativo Fiscal diferido		(20)	-
Prejuízo do Período		(179)	(1.903)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízo Acumulado	Total
Saldos em 04 de janeiro de 2016				
Capital Inicial	100.000	-	-	100.000
(Prejuízo) do Período	-	-	(1.903)	(1.903)
Saldos em 30 de junho de 2016	100.000	-	(1.903)	98.097
Lucro do Período	-	-	269	269
Saldos em 1 de janeiro de 2017	100.000	-	(1.634)	98.366
(Prejuízo) do Período	-	-	(179)	(179)
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	-	10	-	10
Saldos em 30 de junho de 2017	100.000	10	(1.813)	98.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
Demonstração do Fluxo de Caixa para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

	NOTA	2017	2016
PREJUÍZO DO PERÍODO		(179)	(1.903)
Ajustes ao Prejuízo:		53	93
Depreciação e Amortização	19b	50	35
Provisão (Reversão) p/Crédito, Arrendamento Merc. de Liquidação Duvidosa		(55)	58
Provisão p/ desvalorização Outros Vrs Bens		80	-
Receita juros de Tít.Vrs.Mobiliários disponíveis p/venda		(10)	-
Outras receitas operacionais	19a	(12)	-
LUCRO/(PREJUÍZO) AJUSTADO DO PERÍODO		(126)	(1.810)
Variações Patrimoniais			
(Aumento)Diminuição em Ativos Operacionais		(30.521)	(9.580)
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos		(5.143)	-
Operações de Crédito		(19.599)	(7.644)
Operações de Arrendamento Mercantil		(4.770)	-
Outros Créditos e Outros Valores e Bens		(1.009)	(1.936)
Aumento(Diminuição) em Passivos Operacionais		6.334	1.485
Deposito a Prazo		4.964	-
Obrigações p/ empréstimos e repasses		624	-
Outras Obrigações		(8)	1.444
Resultados de Exercícios Futuros		754	41
ATIVIDADES OPERACIONAIS - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)		(24.313)	(9.905)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)		(137)	(443)
(Aquisição) de Imobilizado de Uso		(137)	(443)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO - CAIXA LÍQUIDO GERADO		-	100.000
Capital inicial		-	100.000
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(24.450)	89.652
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período		42.260	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do período		17.810	89.652
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(24.450)	89.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Komatsu do Brasil S.A. (Banco) teve seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 04 de janeiro de 2016, bem como obteve sua inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda na mesma data.

O Banco está focado em oferecer financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos produzidos pela Komatsu e comercializados por sua rede de distribuidores no Brasil, através das modalidades de financiamento Finame (BNDES), CDC e Arrendamento Mercantil. Como não está envolvido com outros produtos bancários de crédito ou de investimentos, é capaz de concentrar seus esforços na oferta de produtos e serviços específicos para seus clientes em condições de excelência.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e com as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

✓	Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	CPC 01 (R1)
✓	Resolução nº 3.604/08 - Demonstração dos Fluxos de Caixa	CPC 03 (R2)
✓	Resolução nº 3.750/09 e Circular nº 3.463/09- Divulgação sobre Partes Relacionadas	CPC 05 (R1)
✓	Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente	CPC 24
✓	Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações	CPC 10 (R1)
✓	Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro	CPC 23
✓	Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1) -Estrutura Conceitual	CPC 00 (R1)
✓	Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados	CPC 33 (R1)
✓	Resolução nº 3.823/09, Circular nº 3.484/10 e Carta-Circular nº 3.429/10 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	CPC 25

Essas demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas em reunião de Diretoria em 11/08/2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**(a) Apuração do resultado**

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, e reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base “pro-rata” dia.

Não são apropriadas as receitas de operações de crédito que apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal e/ou encargos.

Adicionalmente, as receitas e despesas foram reconhecidas segundo a Portaria MF nº 140/84 que estabelece normas às contraprestações de arrendamento mercantil que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período.
- Ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.
- Os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***(b) Caixa e Equivalentes de Caixa**

São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações Interfinanceiras de liquidez com prazo original igual ou inferior a 90 dias (entre a data de aplicação e vencimento do ativo) e quando de um resgate antecipado, apresentam risco insignificante de mudança do valor justo, sendo utilizado pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (**Nota 4**).

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços e, quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado (**Nota 5**).

(d) Títulos e Valores Mobiliários

O Banco classifica seus títulos e valores mobiliários na categoria “títulos disponível para venda” e são valorizados conforme previsto na Circular nº 3.068/01 de acordo com as seguintes diretrizes:

- (i) **Títulos para Negociação** – adquiridos com o objetivo de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização, em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) **Títulos Disponíveis para Venda** – representados por títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial” (**Nota 6**).
- (iii) **Títulos Mantidos até o Vencimento** – representados por títulos e valores mobiliários para os quais a Administração tem a intenção e a capacidade financeira para mantê-lo até o vencimento, sendo contabilizado ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

(e) Operações de Crédito, Obrigações por Empréstimos e Repasses

As operações de crédito, obrigações por Empréstimos e Repasses quanto ao nível de risco, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN por meio da Resolução nº 2.682/99, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo) (**Nota 7e**).

(f) Operações de Arrendamento Mercantil

As operações de arrendamento foram demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais a vencer, as quais são apropriadas ao resultado nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

O ajuste financeiro da carteira de arrendamentos, necessário para que o resultado e o patrimônio líquido estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi calculado em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato. **(Nota 7h).**

(g) Provisões de Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa

São constituídas em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das mesmas. O CMN estabeleceu por meio da Resolução nº 2.682/99, critérios a serem seguidos para análise de risco dos clientes com operações ativas e os parâmetros para constituição de provisão baseados na experiência passada e riscos específicos dos tomadores de crédito, natureza e finalidade das transações, características das garantias e valor **(Nota 7f).**

(h) Bens não de Uso Próprio

Os Bens recebidos em dação do pagamento em razão da execução de garantias vinculadas a operações de crédito, são registrados na rubrica "Outros Valores e Bens" e incluem provisões constituídas em montante suficiente para cobrir prováveis perdas na realização. **(Nota 9).**

(i) Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas referem-se a contratos de uso de licença de software apropriadas no resultado de acordo com os prazos de vigência dos contratos **(Nota 9).**

(j) Imobilizado de Uso

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, combinado com a depreciação dos bens do imobilizado pelo método linear, de acordo com a Resolução nº 4.535/16 do Bacen, com base nas taxas fiscais anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: veículos e processamento de dados 20% e demais itens 10% **(Nota 10).**

(k) Imobilizado de Arrendamento

É demonstrado ao custo e reduzido pela depreciação acumulada, que quando aplicável é calculada de forma acelerada e segundo determinação da Portaria MF nº 140/84, com redução de 30% da vida útil. Consequentemente, o Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu, no período, provisão para superveniência de depreciação, classificada em "Rendas de Arrendamento Mercantil" equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas internas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89.

(l) Ajustes aos Valores Recuperáveis dos Ativos

O Banco adota a prática de executar testes nos valores de recuperação dos seus Ativos não financeiros de acordo com a Resolução nº 3.566/08, no mínimo uma vez a cada exercício, com o objetivo de verificar a existência de evidências de desvalorizações desses Ativos e consequente ajustes contábeis desses Ativos aos seus valores de realização.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***(m) Outros Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo**

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

(n) Imposto de renda e contribuição social (Ativos e Passivos)

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são registrados na rubrica "Outros Créditos – Diversos" e realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

A provisão para o imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais. A provisão para a contribuição social é calculada à alíquota de 20%, (até dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda (**Nota 16a**).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados pelos valores prováveis de realização e foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e à alíquota de 20% para a contribuição social (**Nota 16b**).

(o) Passivos Circulantes e Exigíveis a Longo Prazo

São demonstrados por valores conhecidos calculados com base em variáveis observáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

(p) Resultado de Exercícios Futuros

Entende-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação do serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependa apenas, da fluência do prazo.

(q) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferido ativo. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente.

(r) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$) mil, que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 do CMN, apresentado na demonstração do fluxo de caixa está constituído por:

Caixa e equivalentes de caixa	30/06/2017	30/06/2016
Disponibilidades	2	17
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17.808	89.635
TOTAL	17.810	89.652

Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações em depósitos interfinanceiros estão demonstradas a seguir:

a) Composição Aplicações em depósitos interfinanceiros

	Total	Total
	2017	2016
Até 90 dias		
Não Ligadas (1)	17.808	89.635
TOTAL	17.808	89.635

(1) Com vencimentos até 15/09/2017, indexados de 97,0% a 99,5% do CDI.

b) Rendas Aplicações em depósitos interfinanceiros

	Total	Total
	2017	2016
Até 90 dias		
Não Ligadas	1.678	2.089
TOTAL	1.678	2.089

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
a) Classificação dos Títulos

Vencimento em 180 dias	Valor de Custo	Valor de Mercado/Contábil	Marcação a mercado	Taxa %	Custódia
Títulos Disponíveis para Venda Posição Bancada					
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional	5.263	5.143	(120)	10,395	Selic

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL
a) Composição das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	30/06/2017		30/06/2016	
	Valor	%	Valor	%
Operações Financiamento - CDC PRE	76.593	93,5	7.644	100,0
Operações Financiamento - FINAME	626	0,7	-	-
Operações de Arrendamento Mercantil (1)	4.733	5,8	-	-
TOTAL	81.952	100,0	7.644	100,0

(1) A Carteira está representada pelas operações de leasing pelo método financeiro, demonstradas pelo valor presente dos contratos, cujo saldo totaliza R\$ 4.733 (30/06/2016 R\$ Zero) na data do balanço, conforme composição abaixo:

Arrendamento a Receber	5.029
(Renda a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	(5.029)
Imobilizado de Arrendamento Líquido de Depreciação	4.733
Credores por Antecipação de Valor Residual	-
Valor Presente dos Contratos de Arrendamento Mercantil	4.733

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
b) Composição por setor de atividade

	30/06/2017		30/06/2016	
Setor Privado	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	6.773	8,3	178	2,5
Pessoa Jurídica	75.179	91,7	7.466	97,5
Serviços	46.357	56,6	4.735	61,9
Comércio	23.539	28,7	256	3,3
Rural	1.370	1,7	806	10,5
Indústria	2.819	3,4	1.669	21,8
Empresariais	1.094	1,3	-	-
TOTAL	81.952	100,0	7.644	100,0

c) Concentração dos principais devedores

	30/06/2017		30/06/2016	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	10.483	12,8	3.009	39,4
10 maiores devedores	25.938	31,7	4.447	58,2
20 maiores devedores	13.531	16,5	188	2,4
50 maiores devedores	18.437	22,5	-	-
100 maiores devedores	13.563	16,5	-	-
TOTAL	81.952	100,0	7.644	100,0

d) Composição da Carteira de Operações de Crédito por faixas de vencimentos

	30/06/2017		30/06/2016	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas (1)	107	0,1	-	-
A vencer até 30 dias	2.829	3,7	312	4,1
A vencer de 31 a 60 dias	2.602	3,4	318	4,2
A vencer de 61 a 90 dias	2.731	3,5	319	4,2
A vencer de 91 a 180 dias	8.164	10,6	934	12,2
A vencer de 181 a 360 dias	15.207	19,7	1.765	23,1
A vencer acima de 361 dias	45.579	59,0	3.996	52,2
TOTAL	77.219	100,0	7.644	100,0

(1) Em 30 de junho de 2017, o Banco possuía operações de crédito vencidas até 90 dias (zero em 2016).

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
e) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	<u>30/06/2017</u>
Prazo de vencimento	
De 1 a 60 dias	309
De 61 a 180 dias	601
De 181 a 360 dias	858
Acima de 361 dias	2.965
TOTAL VALOR PRESENTE	<u><u>4.733</u></u>

f) Classificação da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil por níveis de risco

Níveis de Risco	% Provisão Mínima Exigida	<u>30/06/2017</u>		<u>30/06/2016</u>	
		Valor		Valor	
		Operações de Crédito	Provisão	Operações de Crédito	Provisão
AA	0,00	462	-	-	-
A	0,50	25.146	126	3.623	18
B	1,00	55.200	552	4.021	40
C	3,00	895	27	-	-
D	10,00	249	25	-	-
TOTAL		<u><u>81.952</u></u>	<u><u>730</u></u>	<u><u>7.644</u></u>	<u><u>58</u></u>

g) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Saldo Inicial	785	-
Complemento Líquido de Reversão	(55)	58
Saldo Final	<u><u>730</u></u>	<u><u>58</u></u>

No período, o Banco não possuía operações renegociadas, baixadas para prejuízo e recuperadas.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
h) Resultado de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

Operações de Crédito	30/06/2017	30/06/2016
Financiamento - CDC	4.942	47
Financiamento - FINAME	8	-
Operações de Arrendamento Mercantil	88	-
TOTAL	5.038	47

8. OUTROS CRÉDITOS

	30/06/2017	30/06/2016
Rendas a Receber	270	41
Impostos/Contrib.A Compensar	104	-
Crédito Tributário (Nota 16b)	1.080	1.557
Diversos (1)	784	5
TOTAL	2.238	1.603

(1) Refere-se, basicamente, a valores a receber sobre venda de máquinas em BNDU.

9. OUTROS VALORES E BENS

	30/06/2017	30/06/2016
Bens Não de Uso Próprio	411	-
Máquinas e Equipamentos	411	-
Despesas Antecipadas	352	333
Despesas Antecipadas (1)	352	333
TOTAL	763	333

(1) Refere-se a aquisição de Licença de uso de sistemas de informação.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
10. IMOBILIZADO DE USO

Itens	30/06/2017			30/06/2016		
	Valor do Custo	Depreciação	Saldo Contabil	Valor do Custo	Depreciação	Saldo Contabil
Máquinas e Equip. de Uso	4	(1)	3	4	(1)	3
Móveis e Utensílios	89	(13)	76	89	(4)	85
Sistema de Comunicação	18	(2)	16	2	(1)	1
Sistema de Proces.de Dados	187	(45)	142	149	(12)	137
Sistema de Transporte	299	(62)	237	199	(17)	182
TOTAL	597	(123)	474	443	(35)	408

11. DEPÓSITOS

Os Depósitos a Prazo estão classificados de acordo com seus vencimentos contratuais com taxa média de juros pós-fixada de 95,5% do DI.

a) Depósito a Prazo por prazo de Exigibilidade

	até 12 meses	1 a 3 anos	Total
Depósito a Prazo			
CDB -Pós Ligada (1)	2.482	2.482	4.964

(1) O Depósito a Prazo tem liquidez diária e pode ser resgatado a qualquer momento sem ônus a Instituição.

12. OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS

Recurso do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais – FINAME, sujeitos a encargos contratuais pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescido de juros de 2.10% a.a. com vencimento em 2022.

a) Obrigações por Repasses
Do país - Instituições Oficiais

Programa	Remuneração a.a	30/06/2017
FINAME		
Pós- fixado	TJLP +2.1% a.a	624

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***13. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

	30/06/2017	30/06/2016
Cobrança e arrecadação de Tributos	-	62
Fiscais e Previdenciárias	567	226
Diversas (1)	1.247	1.156
TOTAL	1.814	1.444

(1) Refere-se a despesas com pessoal, no montante de R\$ 1.047 e fornecedores, no montante de R\$ 200 em 2017 (R\$ 1.039 e R\$ 117 em 2016)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O Capital Social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 100.000.000 (Cem milhões de Reais), divididos em 100.000.000 (Cem milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido do período para a constituição da Reserva Legal, até que esta alcance o limite de 20% do capital social realizado previsto em Lei. Do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, o mínimo de 25% será distribuído como dividendo obrigatório e/ou juros sobre o capital próprio, devendo ter o destino que for determinado pela Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria.

A Assembleia Geral poderá, também, se não houver oposição de nenhum acionista presente, tenha direito a voto ou não, deliberar distribuição de dividendo e/ou remuneração sobre o capital próprio inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro, observado o disposto no parágrafo 6º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de junho de 2017 e 2016 o Banco não constituiu Reserva Legal em face do saldo do prejuízo acumulado.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório e/ou juros sobre o capital próprio, quantia não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social, a cada período, após as deduções previstas no Estatuto e conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. O valor pago ou creditado a título de juros sobre o capital próprio nos termos da legislação pertinente, poderá ser incluído ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais. A destinação dos lucros e pagamentos deverá ser determinada pela Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria conforme Estatuto Social.

Em 30 de junho de 2017 e 2016, o Banco não distribuiu dividendos em face do saldo do prejuízo acumulado.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750/09 do CMN, como segue:

Coligada do Grupo Controlador	30/06/2017	30/06/2016
ATIVO		
Rendas a Receber (1)	270	41
Komatsu Brasil International Ltda.	270	41
TOTAL	270	41
PASSIVO		
Pagamentos a Efetuar (2)	65	141
Komatsu Brasil International Ltda.	65	141
Depósito a Prazo - CDB	4.964	-
Komatsu Brasil Holding Financeira Ltda.	4.964	-
TOTAL	5.029	141
RESULTADO		
Outras Despesas Administrativas (3)	65	141
Komatsu Brasil International Ltda.	65	141
Despesa de Depósito a Prazo	34	-
Komatsu Brasil Holding Financeira Ltda.	34	-
TOTAL	99	141

Todas as transações entre o banco e partes relacionadas são efetuadas a preço e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigente nas datas das operações.

(1) Refere-se a recebimento de subsídio de taxas sobre operações de crédito.

(2) Refere-se a pagamentos efetuados conforme contrato de rateio e reembolso de colaborador.

(3) Refere-se, basicamente, a compartilhamento de despesas gerais e administrativas.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
a) Demonstração do cálculo dos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social

	30/06/2017		30/06/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	232	232	(3.460)	(3.460)
(+) Adições Permanentes	338	338	-	-
Bônus Diretores	244	244		
Benefícios Indiretos - Veículos	14	14		
Desvalorização Bens	80	80		
(+) Adições Temporárias	213	213		
Provisões p/Operações de Crédito	(55)	(55)		
Bônus Funcionários	101	101		
Auditoria Externa	117	117		
Auditoria Interna	50	50		
(-) Exclusões Temporárias	(197)	(118)	-	-
Bônus Funcionários - Pagamentos	(118)	(118)		
Superveniência de Depreciação	(79)	-		
Encargos total de IRPJ/CSLL	373	452	(3.460)	(3.460)
Resultado antes da compensação				
(-) 30% Crédito Tributário	(176)	(176)	-	-
Base de cálculo IRPJ/CSLL	197	276	(3.460)	(3.460)
Alíquota nominal (25% IRPJ)	61			
Alíquota nominal (10% adicional - IRPJ)	30			
Total Imposto de renda	91			
Alíquota nominal (20% CSLL)		98		
Total Imposto de contribuição social		98		

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
b) Crédito Tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social

	30/06/2017	31/12/2016
Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social e Diferenças Temporárias	(2.400)	(2.849)
Crédito Tributário IRPJ 25%	600	712
Crédito Tributário CSLL 20%	480	570
TOTAL	1.080	1.282

Origem	31/12/2016	Constituição	Realização	30/06/2017
Crédito Tributário s/ Prejuízo Fiscal	876		281	595
Crédito Tributário s/ Adições Temporárias - PDD	353		25	328
Crédito Tributário s/ Adições Temporárias - Outras	53	104		157
Total de Créditos Tributários	1.282	104	306	1.080

Em 30 de junho de 2017 e 2016, o Banco possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme demonstrado a seguir. Esses créditos estão registrados em "Outros Créditos – Diversos", tendo em vista as estimativas dos créditos, face à projeção de lucros tributáveis baseada em estudo técnico que é revisto no mínimo semestralmente (30 de junho e 31 de dezembro).

Os principais fatores que fundamentam a projeção de rentabilidade futura para os próximos 4 anos são:

- ✓ Premissas básicas aderentes ao plano estratégico do Banco e ao cenário macroeconômico atual;
- ✓ Projeções de resultado compatíveis com os negócios, estratégias e estruturas operacionais e de capital;
- ✓ Crescimento da carteira de crédito e dos "spreads" aderentes às expectativas de mercado;
- ✓ Incremento nas receitas de prestação de serviços, tarifas e outras receitas, compatíveis com o mercado e com a estrutura de produtos oferecidos pelo Banco;
- ✓ Estimativa de despesas e custos operacionais baseada na inflação projetada e nas necessidades operacionais da Instituição.

A realização desses créditos tributários, no período estimado, depende da materialização dessas premissas na forma como projetadas.

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

A seguir, apresentamos a expectativa anual de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculados sobre os estoques de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL e sobre diferenças temporárias, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a Taxa Selic projetada ano a ano, para os próximos 4 anos, aplicada sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Ano de Realização	Valor	Valor Presente	% de realização
2017	85	81	7,9%
2018	316	282	29,3%
2019	326	266	30,2%
2020	353	265	32,7%
TOTAL	1.080	894	100,0%

17. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banco, que abrange desde as unidades de negócio até a Diretoria e seus comitês.

De acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil, o Banco Komatsu reporta à Supervisão do BACEN os seguintes relatórios:

Risco de Crédito: Estatísticas de Crédito e SCR – Sistema de Informações de Crédito

Risco de Mercado: DRM – Demonstrativo de Risco de Mercado, DDR – Demonstrativo Diário de Risco

Risco de Liquidez: DRL – Demonstrativo de Risco de Liquidez

Gestão de Capital: DLO – Demonstrativo de Limites Operacionais

Adicionalmente, o Banco Komatsu do Brasil S.A. tem um sistema de gestão de controles internos que contempla políticas internas de risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco de crédito, *compliance*, controles internos, responsabilidade socioambiental, segurança da informação, alçadas e limites, divulgação das informações de riscos.

Para maiores informações, o Banco divulga seu balanço e detalhes sobre gestão de risco no site www.bancokomatsu.com.br, na aba Governança.

a) Gestão de Risco

O Compromisso da Diretoria de *Compliance* com o Banco, com o mercado, com os clientes e com os acionistas consiste em:

- ✓ Assegurar processos aderentes à legislação brasileira por meio de políticas institucionais, garantindo as boas práticas do mercado;
- ✓ Mitigar os riscos dos negócios e processos do Banco com eficiência, identificando problemas antes que eles ocorram, visando a automatização e eficiência de resultados e sempre mantendo um excelente relacionamento com os órgãos reguladores, tendo em vista a transparência das atividades e da gestão de riscos;
- ✓ Identificar, avaliar, controlar, monitorar e gerir os processos relacionados às atividades de Risco, *Compliance*, PLD com objetivo de melhoria contínua em todas as atividades do banco;
- ✓ Garantir a qualidade, agilidade e veracidade na execução das tarefas e relatórios com intuito de dar subsídio à tomada de decisão da alta gestão.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***b) Gestão do Capital**

O processo de gestão de capital está centrado no acompanhamento mensal da adequação do patrimônio de referência PR (Demonstração de limite operacional DLO), e visa assegurar que a instituição mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) utilizado para cumprir os limites operacionais detalhados na Resolução 4.192 do Conselho Monetário Nacional, consiste no somatório do Capital de Nível I e Capital de Nível II, onde:

- ✓ Capital de Nível I: composto pelo Capital Principal, apurado a partir do capital social, contas de reservas e lucros retidos menos deduções e ajustes prudenciais, bem como pelo Capital Complementar;
- ✓ Capital de Nível II: composto por instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeito a limitações prudenciais.

c) Gestão do Risco de Crédito

Em conformidade a Resolução nº 3.721/09 CMN, o Banco implementou a estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação. O controle e a gestão do risco de crédito têm a finalidade de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades do Banco.

A Área de Controle de Risco de Crédito é responsável por identificar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito das operações realizadas pelo Banco. Os princípios de controle do Banco estão descritos nas políticas de risco que estão em constante desenvolvimento e manutenção.

d) Gestão do Risco de Mercado

Em conformidade a Resolução nº 3.464/07 CMN, o Banco implementou a estrutura de gerenciamento do risco de mercado.

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. A definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Devido à importância do risco de mercado, deve-se dividir o mesmo em quatro principais riscos mais concentrados como a seguir:

- ✓ Risco de taxas de juros – A forma mais simples de risco de taxa de juros é o risco de que o valor de um título de renda fixa cairá como resultado de uma mudança nas taxas de juros de mercado.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

- ✓ Risco de câmbio – As principais fontes de risco de câmbio são as correlações imperfeitas nas movimentações de preços de moedas estrangeiras e as flutuações das taxas de juros internacionais.
Como todos os riscos de mercado, o risco de câmbio surge de posições abertas ou com *hedging* imperfeito.
- ✓ Risco de preço de commodities – O risco de commodities difere consideravelmente dos riscos de taxas de juros e de câmbio, já que a maioria das commodities é negociada em mercados nos quais a concentração de oferta pode aumentar a volatilidade de preços. Além do mais, flutuações na intensidade das negociações no mercado (ou seja, liquidez de mercado) frequentemente acompanham e exacerbam altos níveis de volatilidade de preço.

Outro tipo de diferenciação do risco de mercado deve ser relativo à forma como se analisa o mesmo, podendo ser de uma forma absoluta ou relativa. O risco absoluto é aquele que tem sua perda potencial expressa por valor absoluto. É diretamente ligado à carteira e procura-se, com isso, a volatilidade dos retornos totais. O risco relativo, por outro lado, é mensurado por meio de uma comparação com um índice, sendo assim, seu objetivo é determinar os desvios em relação ao parâmetro de referência.

Este risco é cuidadosamente identificado, mensurado, mitigado e controlado. O perfil de exposição a risco de mercado da instituição é conservador, o investimento da tesouraria é feito em Carteira *Banking*, também chamada de carteira de não negociação, pois seus papéis são levados até a data de vencimento.

O Banco não tem por objetivo operações para revenda, obtenção de benefícios de flutuação de preços efetivos ou esperados, nem mesmo para arbitragem. Por diretriz de suas políticas o Banco não apresenta operações de *hedge* e derivativos.

e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é aquele associado à eventual possibilidade do Banco não possuir recursos financeiros suficientes em uma data prevista para honrar seus compromissos, em razão de descasamentos entre fluxos de pagamentos e de recebimentos seja por:

- ✓ Dificuldade em negociar rapidamente ativos ou posições que possua, por falta de preços ou de liquidez de mercado;
- ✓ Disponibilidade de caixa para exercer suas obrigações, considerando a dificuldade para obter *funding* ou financiamento de sua posição de caixa e com isso manter suas obrigações financeiras adimplentes.

Para ambos os casos, o cliente estará sujeito a perdas financeiras.

As políticas e procedimentos internos referentes aos riscos se preocupam em cobrir tanto o risco de liquidez de financiamento como o risco de liquidez de mercado. Tais políticas e procedimentos estabelecem parâmetros para a posição de liquidez da Instituição e capacidade de mensurar se o banco está operando nesses parâmetros, gerando relatórios à administração que permite tomar decisões sobre liquidez e monitorar os resultados dessas decisões.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) dispõe sobre a estrutura de Risco de Liquidez na Resolução nº 4.090/12 e o Banco está aderente a esta resolução.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***f) Risco Operacional**

O Comitê da Basileia (*The New Basel Capital Accord*, 2001, p.94), definiu risco operacional como "o risco de perda direta ou indireta, resultante de inadequações ou falhas de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos."

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, tais como:

- ✓ Risco Humano: para o Banco o risco do fator humano é definido como "uma forma especial de risco operacional", relaciona-se a possibilidade de perdas em função de deslizes ou desvios, esquecimento

(lapsos), engano baseado em regras, erros de habilidade (qualificação), erro não intencional, violações das regras, fraude.
- ✓ Risco de Processo: é o conjunto de atividades ou tarefas estruturadas e relacionadas que produzem uma atividade fim. Departamentos e funções implicam em múltiplos processos de negócio, que viabilizam determinado resultado. É necessário identificar e planejar concreta e adequadamente as tarefas, determinando prioridades e descrevendo os procedimentos a fim de evitar perda de tempo, repetição de tarefas, desmotivação e queda de produtividade.
- ✓ Risco Tecnológico: está relacionado a uma ação humana, embora algumas vezes estejam associados a fenômenos naturais. Pode provocar danos significativos aos trabalhadores e a todo o processo.
- ✓ Risco Isolado de um Projeto: há muitas causas passíveis de problemas na execução de um projeto, contudo, realizaremos de perto um gerenciamento da qualidade. Acompanhando desde a definição e planejamento do projeto, nas práticas do gerenciamento de mudanças do escopo, no plano de trabalho, até na comunicação durante o projeto.
- ✓ Risco da Empresa: depende da sua capacidade financeira e da atratividade econômica do seu negócio. Esse risco pode ser identificado por: Financeiro ou Econômico.
- ✓ Risco Legal: o Risco Legal é relacionado aos retornos de uma instituição por falta de um completo embasamento legal de suas operações, ele também surge se a aplicação das leis ou regulações não são claras. Os Riscos Legais podem levar ao comprometimento da reputação da Instituição, à limitação das oportunidades de negócios, à redução do potencial de expansão e à dificuldade no cumprimento de contratos, pensando dessa forma, o Banco Komatsu aplicará o controle e acompanhamento constante dos processos através de reuniões periódicas e Comitês, buscando a melhoria nos processos e qualidade do nosso serviço mediante aos clientes e também fornecedores.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) dispõe sobre a estrutura de Risco Operacional na Resolução nº 3.380/06 e o Banco Komatsu do Brasil S.A. está aderente a esta resolução.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
18. ÍNDICE DE CAPITAL

O índice de Basileia, de Capital Principal, Nível I e Nível II, são requeridos para garantir a solidez do Banco e com intuito de suportar o crescimento do negócio da mesma. Tal índice é calculado com base na relação entre os ativos ponderados pelo risco e o capital do banco.

O Banco segue as orientações preliminares e cronograma relativos à implementação no Brasil, das recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária acerca da estrutura de capital e de requerimentos de liquidez (Basileia III), de acordo com o Comunicado nº 20.615 do BACEN de 2011.

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

A avaliação e suficiência de capital é feita periodicamente com intuito de verificar se o patrimônio de referência é suficiente para os riscos tomados pelo Banco.

ÍNDICE DE BASELEIA	30/06/2017	30/06/2016
Patrimônio de Referência	97.721	97.163
PR - Nível I	97.721	97.163
Capital Principal (CP)	97.721	97.163
Capital Social	100.000	100.000
Perdas ou Prejuízos Acumulados	(1.813)	(1.903)
Ajustes Prudenciais	(476)	(934)
Ajustes ao Valor de Mercado	10	-
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	102.749	61.029
Risco de Crédito (RWACPAD)	93.600	55.062
Risco Operacional (RWAOPAD)	9.149	5.967
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	9.504	6.027
Capital Principal (CP) Mínimo Requerido	4.624	2.746
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido	6.165	3.662
Margem sobre o Capital Mínimo Requerido	93.098	94.417
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	88.217	91.136
Margem sobre o Patrimônio de Referência nível I Mínimo Requerido	91.556	93.501
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido incluindo RBAN	87.090	91.085

As instituições financeiras têm que manter patrimônio líquido mínimo de 10,5% dos seus ativos consolidados ponderados por graus de risco, acrescidos de percentuais sobre os riscos de créditos, em ativos e passivos referenciados em variação cambial e em variação da taxa de juros, conforme normas e instruções do Bacen.

Em 30 de junho de 2017 o Banco está enquadrado neste limite operacional, onde o índice de capital corresponde a 95,11% (159,21% em 2016).

Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º exercício de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748 de 26/02/2015 do Banco Central do Brasil, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantida pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). O Índice de Alavancagem do Banco Komatsu do Brasil é de 91,18%.

19. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS
a) Outras Receitas /(Despesas) Operacionais

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Receita de Prestação de Serviços	110	22
Receita de Tarifas Bancárias	15	-
Despesas Tributárias	(345)	(117)
Outras Receitas Operacionais	12	1
TOTAL	<u>(208)</u>	<u>(94)</u>

b) Outras Despesas Administrativas

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Despesas de Processamento de Dados	370	307
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	457	188
Despesas de Serviços Sistema Financeiro	138	148
Outras Despesas Administrativas	198	116
Despesas de Comunicação	54	52
Despesas de Viagens	17	57
Despesas de Publicações	57	-
Despesa de Depreciação	50	35
Despesa Antecipada	29	10
TOTAL	<u>1.370</u>	<u>913</u>

c) Despesas de Pessoal

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Proventos e Ordenados	2.487	3.154
Encargos Sociais	768	799
Benefícios	274	578
Treinamento	98	-
TOTAL	<u>3.627</u>	<u>4.531</u>

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)***20 RESULTADO NÃO OPERACIONAL**

Refere-se ao prejuízo em transações c/ valores e bens no montante de (R\$ 1.392).

21 OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Benefícios a Funcionários**

O Banco oferece aos seus empregados os seguintes benefícios: seguro de vida, seguro saúde, vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte. Nenhum destes benefícios é considerado como parte integrante do salário.

O Banco não possui planos de benefícios pós-emprego, benefício de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações, e não contribui com planos de previdência privada ou complementar.

b) Participação nos Lucros – Funcionários

O Banco concede o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados, de acordo com os parâmetros da legislação vigente.

c) Remuneração de pessoal chave da administração

A Resolução do CMN nº 3.921/12 tem como objetivo principal regulamentar e institucionalizar as políticas de remuneração dos administradores de instituições financeiras, assegurando seu alinhamento à política de gestão de riscos do Banco, no sentido de coibir comportamentos que possam ser considerados desalinhados dos níveis de segurança e de prudência desejados. A referida Resolução estabelece diretrizes sobre os programas de remuneração variável, e também as responsabilidades na aprovação, operacionalização e divulgação das políticas de remuneração, bem como a criação de um comitê de remuneração.

Alinhando às regras da referida Resolução, a remuneração dos administradores do Banco, são baseados, (i) nas responsabilidades dos Administradores, considerando os diferentes cargos ocupados e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) ao valor de seus serviços no mercado.

Os administradores do Banco são remunerados através de Pró-Labore ou salários quando registrados sob o regime CLT, que estão apresentados na rubrica despesas de pessoal. A instituição não trabalha no momento com remuneração variável.

d) Ativos e Passivos Contingentes

O Banco não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável e possível.

Dessa forma, não há provisão constituída para passivos contingentes em 30 de junho de 2017 e 2016, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2017 e 2016, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

f) Resultado de Exercícios Futuros

Refere-se as receitas dos contratos com taxas subsidiadas pela Komatsu Brasil Internacional Ltda.